

1

## Ata de Reunião

2 Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos,  
3 os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram  
4 para 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2020, por videoconferência pela plataforma  
5 Google Meet, link: [meet.google.com/trq-ckcy-rjv](https://meet.google.com/trq-ckcy-rjv), para discutir os seguintes pontos da pauta,  
6 que foram encaminhados anteriormente a todos os membros: **Item 01 - Abertura da**  
7 **sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 - Discussão e deliberação da ata**  
8 **da 5ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019 (07.11.2019), 7ª Assembleia Geral**  
9 **Extraordinária de 2019 (19.12.2019), e 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2020**  
10 **(06.02.2020); Item 03 - Comunicado dos Conselheiros; Item 04 - Leitura do expediente**  
11 **e das comunicações da ordem do dia; Item 05 - Apresentação da música**  
12 **“Homenagem ao rio Araguari”. Item 06 - Deliberação para a recomposição da**  
13 **Diretoria – Gestão 2018/2020 (Cargo: Secretário Executivo Adjunto); Item 07-**  
14 **Deliberação do retorno da baixa em diligência do projeto de Diagnóstico Ambiental**  
15 **na área de abrangência das Quedas do Rio Claro: uma proposta visando à elaboração**  
16 **de um estudo de criação de unidade de conservação, habilitado no Edital PMI**  
17 **001/2019 - Demanda Espontânea; Item 08 - Apresentação e discussão para**  
18 **convocação dos usuários para formação da Comissão Gestora local (CGL), processo**  
19 **nº 24.033/2020, Rio Claro; Item 09 - Apresentação e discussão para convocação dos**  
20 **usuários para formação da Comissão Gestora local (CGL), processo nº 20613/2020,**  
21 **Joselino Barbosa (Fazenda Santa Fé); Item 10 - Deliberação para recomposição do**  
22 **Grupo de Trabalho Plano de Comunicação (GT Plano de Comunicação); Item 11 -**  
23 **Deliberação para recomposição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de**  
24 **Gestão (GACG) para o Contrato de Gestão nº 003/2019, aprovado em 19.12.2019; Item**  
25 **12 - Deliberação para criação e composição do Grupo Trabalho para a Revisão da**  
26 **Metodologia de Cobrança; Item 13-Deliberação para criação e composição do Grupo**  
27 **de Trabalho para Enquadramento dos corpos d'água em classes; Item 14 -**  
28 **Deliberação para criação e composição do Grupo de Trabalho para Estudos sobre a**  
29 **Capacidade de Suporte de Corpos Receptores (Capim Branco I); Item 15 - Deliberação**



30 para recomposição do Grupo de Trabalho Revisão do Plano Plurianual de Aplicação  
31 (GT PPA); Item 16 - Deliberação sobre a solicitação da Empresa LD Celulose para  
32 indicação de representante do CBH Araguari para acompanhamento das coletas de  
33 água do Rio Araguari; Item 17 - Discussão e Deliberação ad referendum, Deliberação  
34 Normativa do CBH Araguari nº 58, de 06 de fevereiro de 2020, que delibera a minuta  
35 do Capítulo IV, Diárias de Viagens, Disposições Preliminares, da Portaria IGAM nº 60,  
36 de 14 de novembro de 2019; Item 18 - Discussão e Deliberação ad referendum,  
37 Deliberação Normativa do CBH Araguari nº 62, de 06 de março de 2020, que delibera  
38 a indicação de membros do CBH Araguari para representação do Comitê no UGP  
39 Projeto Mananciais Tapirenses; Item 19 - Discussão e Deliberação ad referendum,  
40 Deliberação Normativa do CBH Araguari nº 63, de 27 de março de 2020, que aprova a  
41 criação da Comissão Eleitoral para renovação dos membros da Diretoria Comitê da  
42 Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari) – mandato 2020/2022; Item 20 -  
43 Informe do Edital para a Eleição da Diretoria – Gestão 2020/2022; Item 21 -  
44 Apresentação do Projeto Buriti (DMAE); Item 22 - Outros assuntos. Membros  
45 presentes: Bruno Neto de Ávila, Ademar Franco Guimarães, Dayane Aparecida Pereira de  
46 Paula, Francely Aparecida Moreno de Tillio, Iléia Pereira Chaves Abdunnassih, Marinho  
47 Martins Severino Segundo, Graciene Maria Guimarães, Bruno Gonçalves dos Santos,  
48 Fernanda Aparecida Borges de Andrade, Alan Guimarães Machado, Kassio Henrique  
49 Gama Souza, Carlos Vagner de Oliveira, Augusto Peres Arruda, Antônio Geraldo de  
50 Oliveira, Vera Lúcia Abdala, Sylvio Luíz Andreozzi, Antonio Giacomini Ribeiro, Gabriel  
51 Santos Miranda, Maurício Marques Scalon, João Eduardo Della Torres Ferreira, Fernando  
52 Antônio Abdalla, Luiz Humberto de Freitas Souza, Geraldo Magela Mendes, Ivone  
53 Aparecida Borges, Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves, Maria Lucia Furtado  
54 Coelho Campos, William Pereira Rodrigues, Arthur Borges Jacob, Weber Bernardes de  
55 Andrade, Marques José Naves, Dênio Drummond Procópio, André Luiz Mendes Barcelos  
56 e José Geraldo Teixeira. Convidados: Guilherme de Oliveira Bueno (IEF), Carlos Luiz  
57 Mamede (IEF), Oberdan Rafael Pugoni Lopes Santiago (IEF), Celismar Costa (DMAE),  
58 Masterson Ferreira (DMAE), Michelle Calazans (IGAM), Thiago Alves do Nascimento



59 (ABHA), Moema Morgado (ABHA), Neila Cristiane Turlon (ABHA), Hygor Evangelista  
60 (ABHA), Cláudio Costa Barbosa, Gustavo Miranda Duarte, Jadir Silva de Oliveira, Sândra  
61 Lúcia Vieira (ABHA), Isabel Evaristo (ABHA). A auxiliar administrativa da ABHA Gestão de  
62 Águas, Isabel Evaristo, informa as orientações para participação virtual na 1ª Assembleia  
63 Geral Extraordinária de 2020 e realiza a chamada nominal dos conselheiros. No **item 01** da  
64 pauta, após a verificação do quórum, o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
65 Araguari (CBH Araguari), Bruno Gonçalves dos Santos, inicia a reunião agradecendo a  
66 presença de todos. No **item 02** o Presidente informa que a Secretaria Executiva recebeu  
67 solicitações dos conselheiros, José Geraldo (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de  
68 Morro Alto/Patrocínio-MG) e do Antônio Geraldo de Oliveira (Organização de Desenvolvimento  
69 Sustentável – ODS), para de transcrição inteira da Ata da 7ª Assembleia Geral Extraordinária  
70 de 2019, ocorrida em 19 de dezembro de 2019, tendo em visto que foi discutido processo de  
71 outorga de grande impacto para as comunidades circunvizinhas e para o município de  
72 Patrocínio/MG. O representante do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia  
73 (DMAE), Luiz Humberto de Freitas Souza questiona se a solicitação de transcrição foi atendida.  
74 Isabel Evaristo (ABHA), explica que houve transcrição da justificativa do voto, conforme  
75 solicitado pelo conselheiro José Geraldo Teixeira, durante a 7ª Assembleia Geral Extraordinária  
76 de 2019 e que a solicitação de transcrição inteira da reunião é uma nova solicitação. Freitas  
77 (DMAE) pontua que regimentalmente as atas deverão ser redigidas de forma sucinta, os  
78 pedidos são legítimos, porém ferem o Regimento Interno, mas poderá conciliar para ser  
79 transcrito apenas os pontos que as partes consideram relevantes. O representante da  
80 Prefeitura Municipal de Patrocínio, Alan Guimarães Machado, ressalta que a ata pode ser  
81 sucinta, mas que o áudio deverá ser disponibilizado para explicação, caso haja algum  
82 questionamento. O Presidente esclarece que a gravação da reunião fica disponível a todos os  
83 conselheiros, caso tenha interesse poderá ser solicitada junto à Secretaria Executiva. O  
84 representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Sylvio Luíz Andreozzi, questiona  
85 aos solicitantes se somente a descrição que trata o processo de outorga da Mosaic  
86 Fertilizantes, contempla a solicitação de transcrição da ata. O Presidente coloca que não está  
87 vendo o conselheiro José Geraldo Teixeira (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de  
88 Morro Alto/Patrocínio-MG), na sala de reunião e questiona ao Conselheiro Antônio Geraldo de



89 Oliveira (ODS), se a transcrição somente do item de pauta da aprovação do processo de  
90 outorga da Mosaic, contempla a solicitação. Oliveira (ODS) pontua que as atas deveriam ser  
91 transcritas, pois é um documento e não vê dificuldade nesse trabalho. A título de contribuição  
92 o Diretor-Presidente da ABHA Gestão de Águas, Thiago Alves do Nascimento, expõe a  
93 dificuldade operacional para transcrever uma ata de 4 (quatro) horas de reunião, uma vez que,  
94 exigiria da Secretaria Executiva um grande esforço. Ressalta que se tratando de reunião  
95 pública, caso haja interesse, o áudio poderá ser solicitado junto à Secretaria Executiva. O  
96 representante da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ),  
97 Antonio Giacomini Ribeiro, explana que em questão de ordem, a Agência Equiparada só se  
98 manifeste quando for solicitada por algum conselheiro ou pela Diretoria, em sua visão a Agência  
99 está como convidada. Giacomini, pondera que a votação deverá acontecer em 3 (três)  
100 aspectos, sendo: Ata como está, transcrição somente do item que contempla o processo da  
101 Mosaic, ou a transcrição da ata na íntegra. O Presidente explica que primeiro será deliberada  
102 a ata da 5ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019, ocorrida em 07 de novembro de 2019 e  
103 a ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2020, ocorrida em 06 de fevereiro de 2020, pois não  
104 houveram contribuições, e coloca em votação, sendo aprovadas com as abstenções dos  
105 conselheiros, Antônio Geraldo de Oliveira (ODS), Augusto Peres Arruda (Prefeitura Municipal  
106 de Serra do Salitre), Francely Aparecida Moreno de Tillio (Secretaria de Estado de Meio  
107 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD) e Antonio Giacomini Ribeiro (Associação  
108 para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro – ANGÁ), que justificaram que não eram  
109 conselheiros nas referidas reuniões, Também houve abstenções dos conselheiros André Luiz  
110 Mendes Barcelos (Trilhas Interpretativas), e Alan Guimarães Machado (Prefeitura Municipal de  
111 Patrocínio), que no momento não justificaram. Em seguida o Presidente do CBH Araguari,  
112 coloca a ata da 7ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019, ocorrida em 19 de dezembro de  
113 2019 em votação. Gonçalves explica que será votação nominal, com 3 (três) opções para  
114 votação do conselheiro, sendo, a ata como foi encaminhada para os conselheiros com a  
115 transcrição da justificativa do voto do conselheiro José Geraldo , ou a ata com transcrição  
116 somente no item de pauta do processo de outorga da Mosaic, e ou a ata transcrita na íntegra  
117 de toda reunião. O conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira (ODS) solicita que seja retirada a  
118 terceira opção de votação “ata transcrita na íntegra de toda reunião”. Gonçalves autoriza e  
119 coloca em votação nominal as 2 (duas), opções “a ata como foi encaminhada para os



120 conselheiros com a transcrição da justificativa do voto do conselheiro José Geraldo, e a ata  
121 com transcrição somente no item de pauta do processo de outorga da Mosaic”. A auxiliar  
122 administrativa da ABHA, Isabel Evaristo, realiza a chamada nominal dos conselheiros para a  
123 votação, sendo aprovado a opção “a ata com transcrição somente no item de pauta do processo  
124 de outorga da Mosaic”, com 15 (quinze) votos e 2 (duas) abstenções dos conselheiros, Francely  
125 Aparecida Moreno de Tillio (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
126 Sustentável – SEMAD) e Fernando Antônio Abdalla (Associação Profissional de Geógrafos do  
127 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - APROGEO – TRIALTO). No **item 03** o representante da  
128 Trilhas Interpretativas, André Luiz Mendes, informa que ocorreu uma reunião informal dos  
129 usuários para a saída do Vice-Presidente, Weber Bernardes de Andrade com a transição  
130 do DMAE. Mendes solicita que fique registrado que o segmento de turismo não foi  
131 comunicado, e solicita que a secretaria organize uma reunião com todos os usuários. O  
132 Presidente expõe que reunião informal não pode ser organizada pela secretaria. Freitas  
133 (DMAE) esclarece que foi reunião informal e não houve a intervenção da Secretaria, e que  
134 fique registrado em ata. No **item 04**, o Presidente faz a leitura do expediente e das  
135 comunicações do dia. No momento foi projetado e informado ao plenário que o CBH  
136 Araguari, recebeu por e-mail no dia 06 de agosto de 2020, o ofício nº 523/CRMA/2020 do  
137 Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria Regional de  
138 Defesa do Meio Ambiente, referente ao Inquérito Civil n.º 0035.17.000387-1, para ciência  
139 do despacho ministerial de fls. 615, solicitando que seja dada ampla divulgação para todos  
140 os usuários e demais interessados. Dessa forma, o Presidente do CBH Araguari, faz a  
141 leitura do documento supracitado para conhecimento dos presentes e solicita que a  
142 Secretaria Executiva encaminhe por e-mail a todos os conselheiros para ciência. O  
143 Conselheiro Luiz Humberto de Freitas (DMAE) sugere a inversão de pauta, tendo em vista  
144 que alguns itens terão a participação de convidados. O Presidente sugere dar a  
145 continuidade no item 5 (cinco) e no item 6 (seis) e depois faz a inversão de pauta para o  
146 item 21 - Apresentação do Projeto Buriti (DMAE), e coloca em votação sendo aprovada a  
147 inversão; No **item 05**, o Presidente passa a palavra para o Cláudio Costa Barbosa para  
148 apresentação da música “*Homenagem ao rio Araguari*”. Cláudio expõe que é Secretário-  
149 Adjunto do CBH Paranaíba e deixa as considerações do Presidente, Breno Lasmar. Barbosa



150 salienta que compôs uma música para o Rio Paranapanema, música para o Rio Paranaíba e  
151 agora a música para o Rio Araguari em parceria com o representante dos usuários do Comitê  
152 da bacia do Rio Araguari, Sr. Luiz Humberto F. Souza (DMAE Uberlândia), e realiza a  
153 apresentação. Houve a inserção de pauta. No **item 21**, o Presidente passa a palavra para os  
154 representantes do DMAE, o Gerente Ambiental, Celismar da Costa Melo e o Supervisor de  
155 Projetos de Recuperação de Nascentes, autor do projeto Buriti, Masterson Ferreira da Silva,  
156 que realizaram a apresentação do Projeto Buriti. O Sr. Masterson Ferreira, explicou a  
157 concepção do Programa e apresentou como tem se desenvolvido as ações de preservação  
158 de nascentes. “O projeto foi criado em 2008, em atendimento à legislação estadual que  
159 estipula o investimento em nascentes a todo órgão que capta água para abastecimento  
160 público. No momento Ferreira (DMAE) sana as dúvidas dos conselheiros. O Presidente  
161 agradece a apresentação dos representantes do DMAE. No **item 06**, o Presidente expõe  
162 sobre a vacância na atual Diretoria do CBH Araguari para o cargo de Secretário Adjunto e  
163 pontua que houve a manifestação do conselheiro e representante da Organização de  
164 Desenvolvimento Sustentável (ODS), Antônio Geraldo de Oliveira para compor o cargo.  
165 Oliveira confirma que manifestou o interesse e coloca o nome para apreciação do plenário.  
166 O Presidente coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade. No **item 07**, o  
167 Presidente pontua que recebeu o retorno da baixa diligência do projeto de Diagnóstico  
168 Ambiental na área de abrangência das Quedas do Rio Claro: uma proposta visando à  
169 elaboração de um estudo de criação de unidade de conservação, habilitado no Edital PMI  
170 001/2019 – Demanda Espontânea e passa a palavra para a conselheira e representante do  
171 Instituto Estadual de Florestas (IEF), Dayane Aparecida Pereira de Paula, que realiza a  
172 leitura do ofício OF-IEF-UFRBIO/Triângulo nº 227/2020, que expõe que o Instituto Estadual  
173 de Florestas (IEF), enquanto responsável pela criação e implantação de Unidades de  
174 Conservação, solicita o prosseguimento da tramitação do Projeto, recomendando que  
175 sejam excluídas dos estudos as áreas antropizadas, bem como as áreas que tenham sido  
176 objeto de licenciamento, evitando, assim, o desperdício de recursos públicos. O  
177 representante do IEF, Guilherme de Oliveira Bueno (IEF), coloca que foi coordenador de  
178 áreas de conservação na região e que foi o responsável pela elaboração do projeto que



179 tem a finalidade de um estudo específico para criação de uma unidade de conservação  
180 Oliveira realiza a apresentação do projeto. Oliveira salienta que mesmo havendo estudos  
181 para licenciamento ambiental é importante ter estudos para conservação pois são estudos  
182 específicos e distintos. Oliveira pontua que a ideia do estudo é conhecer toda área para  
183 analisar em que lugar será proposto a área de conservação. Fala que houve  
184 questionamentos da associação dos usuários do Rio Claro, que o estudo poderia atrapalhar  
185 alguns processos de outorga em andamento. Ressalta que na época foi levantado os  
186 pontos, porém esses pontos estão fora da área de estudo, e faz a apresentação da área de  
187 estudo. Oliveira ressalta que esse é um estudo para criação de uma unidade de  
188 conservação, mas não quer dizer que será criada uma área de conservação, pois depende  
189 de vários outros fatores e de uma consulta pública. Pontua sobre os questionamentos da  
190 FIEMG e da SIAMIG, que trata da relevância ambiental da área se restringindo a vegetação.  
191 Ressalta que não tem que pensar só na vegetação, mas no recurso hídrico, biodiversidade  
192 e outros aspectos. Coloca que o relatório da SIAMIG, expôs que a área que ocorrerá o  
193 estudo não está incluída em área prioritária para conservação, mas quando analisa o mapa  
194 de áreas prioritárias de conservação do Ministério do Ambiente, essa área está  
195 integralmente incluída em uma área de alta importância para biodiversidade. O Vice-  
196 Presidente do CBH Araguari e representante do Núcleo dos Sindicatos de Produtores  
197 Rurais do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, Weber Bernardes de Andrade, solicita que  
198 o IEF apresente a viabilidade para criação dessa unidade de conservação. E que a proposta  
199 inicial deverá voltar para a Câmara Técnica para análise, pois sofreu alteração no conteúdo.  
200 Solicita que os usuários que serão impactados com a criação dessa unidade que sejam  
201 ouvidos. Oliveira (IEF) esclarece que a participação irá acontecer com a elaboração do  
202 estudo, por isso não é possível a utilização de estudos já existentes, para a criação tem a  
203 consulta pública no momento se entender que não é viável a criação não será criada.  
204 Giacomini (ANGÁ) pontua sobre a complexidade da Bacia do rio Claro. O representante da  
205 Trilhas Interpretativa, André Luiz Mendes Barcelos, ressaltou a importância do projeto para  
206 preservação e coloca que infelizmente o projeto só retornou após a liberação da licença  
207 prévia de uma PCH que está sendo projetada na mesma bacia. A representante da



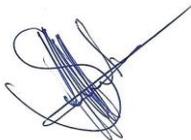
208 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Maria Eduarda Rodrigues  
209 da Cunha e Gonçalves questiona se a posição do IEF apresentada é a mesma do ofício  
210 encaminhado. O Presidente do CBH Araguari, pede ao IEF que sane a dúvida, pois o ofício  
211 traz a solicitação de uma área reduzida e a apresentação do representante do IEF,  
212 Guilherme Oliveira, traz outra informação. O representante do IEF, Carlos Luiz Mamede,  
213 pontua que a Diretoria do IEF compreende que os estudos não poderiam incluir as áreas  
214 antropizadas consolidadas, mas a dúvida é como seriam excluídas essas áreas. Oliveira  
215 (IEF) explica que o projeto foi elaborado com os pontos de interesse da queda do Rio Claro,  
216 pensando nas áreas de preservação permanente, reservas legais, fragmentos de  
217 vegetação nativa que estão conectadas as APPs, criou-se um *buffer* (perímetro) nessa área  
218 e foi delimitada uma área para estudo, a ideia é um estudo mais abrangente e não delimitar  
219 somente uma área, para entender quem são os atores envolvidos. Oliveira pontua que  
220 houve o direcionamento da Sede para exclusão das áreas antropizadas, mas tecnicamente  
221 a seu ver não é a melhor opção, e questiona se o projeto irá voltar para readequação do  
222 IEF ou o Comitê irá propor uma área de estudo. O Presidente esclarece que o proponente  
223 é o IEF e não é do Comitê. O representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
224 e Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Controle (CTPlan), Sylvio Luiz  
225 Andreozzi, salienta que está havendo confusão sobre decisões, existem decisões que não  
226 competem ao comitê. Andreozzi esclarece que o projeto foi aprovado tecnicamente pela  
227 ABHA e recebeu um parecer favorável da Câmara Técnica. No momento o próprio IEF  
228 solicitou vista no projeto apresentado, houve uma discussão se era cabível ou não, a  
229 plenária aprovou que era cabível. Hoje retorna com duas opções apresentadas pelo IEF.  
230 Andreozzi (UFU) citando a fala do conselheiro Weber, que se a comunidade não for ouvida  
231 a área de conservação não é aprovada, mas acontece em outro momento e que espera  
232 que se houver o estudo contemple a consulta a população, seria ideal, mas não é  
233 obrigatório. Andreozzi pontua que o projeto é do IEF, outra instituição não pode obrigar que  
234 o IEF escute a comunidade, pois é um projeto de estudo e não de implantação. Ressalta  
235 que estudo de conservação está no Plano do CBH Araguari. A CTPlan não contemplou  
236 nada que não esteja viabilizado no Plano de Recursos Hídricos do Comitê. O conteúdo que



237 foi aprovado Tecnicamente pela ABHA e pela CTPlan é o conteúdo que está sendo  
238 remetido a plenária, houve a manifestação do IEF recomendando a exclusão das áreas  
239 antropizadas, não houve alteração do escopo do projeto, porque se houver alteração do  
240 escopo do projeto esse assunto não poderá ser discutido no comitê pois fere o edital. O  
241 Presidente questiona se o IEF irá manter o projeto habilitado inicialmente ou está alterando  
242 o escopo do projeto. Dayane (IEF), sugere retirar o processo para adequação conforme o  
243 ofício encaminhado pela Diretoria do IEF, para apreciação posteriormente com as  
244 adequações. O Coordenador da CTPlan sugere baixar em diligência, para ter um parecer  
245 jurídico se há possibilidade de alteração posterior a submissão de um projeto de um edital,  
246 e fazer uma consulta explícita ao IEF, caso a consulta jurídica seja negativa a alteração do  
247 projeto, fazer uma consulta ao IEF se deseja manter o projeto inicial. Weber (Núcleo dos  
248 Sindicatos de Produtores Rurais do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba), solicita que  
249 caso volte esse assunto para discussão na Câmara Técnica que os produtores sejam  
250 ouvidos. O Presidente pontua que, conforme colocado pelo Coordenador da CTPlan, o  
251 projeto será baixado por diligência para análise se poderá ocorrer a alteração do projeto, e  
252 a Secretaria Executiva irá consultar o posicionamento do IEF. No **item 08 e item 09**, o  
253 Presidente passa a palavra para o representante do Instituto Mineiro de Gestão de Águas  
254 (IGAM) Bruno Neto de Ávila, para esclarecimentos sobre a convocação dos usuários para  
255 formação da Comissão Gestora local (CGL). Ávila (IGAM), coloca sobre a deliberação e os  
256 trâmites para a formação da CGL. Ressalta qual o papel do comitê. Kassio Henrique Gama  
257 Souza (RIDES), expõe sobre a Portaria IGAM nº 26, de 05 de junho de 2020, que institui a  
258 Comissão Gestora Local (CGL) no âmbito do processo de outorga coletiva de direito de uso  
259 de recursos hídricos superficiais em áreas declaradas de conflito pelo uso dos recursos  
260 hídricos. Gabriel Santos Miranda (Grupo Escoteiro Potiguar), salienta sobre a cartilha  
261 elaborada pelo IGAM para instruções de Procedimentos para Regularização dos Usos de  
262 Recursos Hídricos de Minas Gerais – Outorga Coletiva. Gustavo Malacco (ANGÁ), pontua  
263 que a deliberação do IGAM é inconstitucional todos os usuários deverão ser incluídos na  
264 discussão até mesmo os não outorgados, a lei é excludente. Ressalta que agora os dados  
265 mostram que a região do baixo Rio Claro também é uma região de conflito, e que essa



266 informação não havia sido colocada na época da liberação da pré-outorga da PCH Salto e  
267 que o IGAM deverá mostrar que só agora tem esses dados, e que o baixo Rio Claro é uma  
268 área de conflito. Malacco afirma que irá oficializar o IGAM para saber se esses dados já  
269 existiam para ter certeza se quando a decisão do comitê foi tomada já existia essa  
270 informação no banco de dados do IGAM, ou se foi somente agora devido a quantidade de  
271 água no baixo Rio Claro. O representante da Organização de Desenvolvimento Sustentável  
272 (ODS) e Secretario do PN1 - CBH Alto Rio Paranaíba, Antônio Geraldo de Oliveira, relata  
273 as experiências ocorridas no PN1 com e Edital para manifestações e as convocações para  
274 as CGLs. O Presidente do CBH Araguari, expõe que o intuito dos itens 08 e 09 é informativo  
275 e a convocação será divulgada de forma ampla, conforme o Decreto do IGAM. Gonçalves  
276 encaminha os processos para a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) dar  
277 andamento e a Secretaria Executiva será responsável pelas convocações. Devido ao  
278 adiantar da hora, o Presidente suspende a 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2020 e  
279 dará continuidade dos itens de pauta na próxima Assembleia prevista para o dia  
280 20.08.2020. Encerro esta ata, Isabel Evaristo, constando que a Lista de Presença anexa é  
281 parte integrante deste documento.



**MAURÍCIO MARQUES SCALON**  
Secretário do CBH Araguari



**BRUNO GONÇALVES DOS SANTOS**  
Presidente do CBH Araguari

